

Anarcofeminismo: o protagonismo feminino nas lutas sociais

JULIANA SANTOS ALVES DE VASCONCELOS

Bacharel em Serviço Social pela UNAERP Guarujá. Integrante do Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri (NELCA). e-mail: vjuliana23alves@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo é abordada a questão de gênero na sociedade, como se deram as primeiras manifestações de resistência feminista, seus reflexos na sociedade, levantando-se uma reflexão acerca do movimento feminista ontem e hoje. Destaca-se como referência a vertente anarcofeminista.

Anarcofeminismo é definido como um movimento de ação, luta e resistência pela emancipação feminina com atuação anarquista, entendendo que a libertação da mulher é intrínseca à destruição do Estado, do sistema capitalista, do patriarcado, das classes e da burguesia. Compreende que somente alcançaremos a igualdade, lutando pela emancipação humana conjunta; negando quaisquer princípios e atitudes autoritárias e discriminatórias (como capitalismo, governo representativo, machismo, sexismo, racismo, nazismo, fascismo e qualquer sistema, ideologia ou cultura de exclusão que venha a exercer ódio ou dominação sobre outra pessoa).

As anarcofeministas não se organizam através de lideranças ou hierarquicamente, sendo essencialmente autônomas, independentes e espontâneas, rejeitando todas e quaisquer práticas autoritárias e valores capitalistas, lidos socialmente como saudáveis (competitividade, egoísmo, ganância, etc.). Não buscam mudanças ou soluções dentro de instituições governamentais, na legislação (ou sua alteração), através do voto ou com a inserção da mulher no sistema político partidário tradicional, muito menos na transformação de mulheres em chefes capitalistas. Ao contrário, acreditam na prática da ação direta para a completa emancipação, na auto-organização e no apoio mútuo.

É, portanto, através desses princípios básicos que tem caminhado o anarcofeminismo durante todos esses anos. A história dessas mulheres e de sua luta é extensa, diversa e enriquecedora. Há registros de atuação anarcofeminista nas

Américas, na Europa, na África e até mesmo na Ásia e Oceania: mulheres de diversos países e culturas que se opuseram ao autoritarismo patriarcal, ao estado e ao capitalismo. Assim sendo, será necessária a dedicação de uma vida para trazer a público todas essas histórias e registros, tirando da obscuridade as façanhas de cada uma destas mulheres que foram apagadas e esquecidas entre as areias do tempo. Este é um pequeno passo nesta direção.

Pretende-se fazer um retrospecto das lutas e da resistência anarcofeminista, trazendo para discussão fatos singulares de importância histórica, com o objetivo de fazer um levantamento dessa trajetória que sempre foi deixada em segundo plano ou, simplesmente, obscurecida propositalmente, para que dessa forma, ao olhar para o passado, isso nos possibilite olhar para o futuro. Procura-se também reconstruir o caminho percorrido, iluminando as sombras dos desafios que enfrentamos hoje – contexto de forte crise econômica, incerteza social, conservadorismo massificado e realinhamento político.

1. ANARCOFEMINISMO

Uma contínua oposição ao estado e a todas as suas formas de autoritarismo teve expressão entre as primeiras feministas do século XIX, e mais recentemente no movimento feminista dos anos 1960, fundados com base na prática anarquista. O termo *anarcofeminismo* foi criado durante a “segunda onda” do movimento feminista, iniciada no final dos anos 60, referindo-se às mulheres anarquistas que atuavam entre as mulheres e os movimentos anarquistas para lembrar-lhes seus princípios.

Anarquismo e feminismo sempre estiveram estreitamente ligados entre si. Muitas feministas de destaque foram também anarquistas, incluindo Louise Michel, Lucy Parsons, Voltairine de Cleyre e a inquietante defensora das liberdades femininas, Emma Goldman (que escreveu famosos ensaios, como “The Traffic In Women” (“O Tráfico de Mulheres”), “Woman Suffrage” (“Sufrágio das Mulheres”), “The Tragedy Of Woman's Emancipation” (“A Tragédia de Emancipação da Mulher”), “Marriage And Love” (“Casamento e Amor”) e “Victims Of Morality” (“Vítimas da Moralidade”), por exemplo. *Freedom* foi um importante jornal anarquista inglês, fundado por Charlotte Wilson em 1886.

O anarcofeminismo se coloca contra as práticas autoritárias e seus valores de dominação, exploração, agressividade, competitividade e insensibilidade, todos altamente valorizados em civilizações capitalistas. Faz referência à criação de uma sociedade não autoritária, uma sociedade baseada na cooperação, no cuidado, no apoio mútuo, na autogestão, na descentralização e na solidariedade, princípios estes anarquistas.

Muitas feministas reconhecem essa dinâmica como o reflexo de experimentos com formas coletivas de organizações que eliminam a estrutura hierárquica e as formas competitivas de tomada de decisões. Como todos os anarquistas, as anarcofeministas reconhecem que a autolibertação é a chave para a igualdade da mulher e, portanto, sua liberdade. Segundo Emma Goldman (1910, p. 211):

Seu desenvolvimento, sua liberdade, sua independência, precisa vir de si própria. Primeiro, pelo reconhecimento de si própria como uma personalidade, e não como um objeto sexual. Segundo, pela recusa do direito de alguém sobre seu corpo; pela recusa em gerar crianças, a menos que queira, pela recusa em ser uma serva de Deus, do Estado, da sociedade, do marido, da família, etc., por tornar sua vida simples, mas profunda e rica. Em suma, pela tentativa de aprender os princípios e a substância da vida em todas as suas complexidades; pela libertação pessoal do medo da opinião e da condenação pública¹.

Entende-se que o anarcofeminismo propõe ações diretas e de autoemancipação, em oposição às campanhas reformistas de massa amparadas pelo movimento feminista de maior aceitação social (feminismo liberal), que normalmente são criados em torno de organizações hierárquicas e centralistas, que acabam por transformar as mulheres em opressoras capitalistas, inseri-las em partidos políticos (feminismo comunista/classista), tais como subalternas, sob a alegação de que estão em direção à "igualdade". Sem romper com o princípio da hierarquia, esses movimentos continuam reproduzindo a mesma lógica opressora do capital.

A este respeito, é válido ressaltar a forte crítica que as anarcofeministas levantam em relação ao feminismo liberal e comunista, o que foi sempre muito debatido desde o século XIX, tanto que durante muitos anos, principalmente durante a primeira onda do feminismo em que o movimento sufragista ganha destaque, muitas anarquistas se recusavam a se autointitular feministas (embora fossem anarcofeministas), pois tinham medo de suas pautas serem confundidas com as liberais.

O anarcofeminismo se diferencia do feminismo liberal por considerar que direitos conquistados dentro da sociedade capitalista serão sempre superficiais, visto que só poderão ser desfrutados pela classe dominante. Desta forma, as feministas liberais não descartam a intervenção estatal como um meio de alcançar a pretensa igualdade social para as mulheres. Algumas referências dentro da linha liberal são Mary Wollstonecraft (1759-1797), Harriet Taylor Mill (1807-1858) e Elisabeth Cady Stanton (1815-1902).

¹ *Anarchism and other essays*, disponível em <https://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-anarchism-and-other-essays.a4.pdf>

Portanto, o feminismo liberal centra-se nos direitos individuais no lugar dos direitos coletivos, tende a ser mecânico em seu apoio à igualdade formal sem considerar a condição das diferentes classes sociais das mulheres (é capaz de expressar as demandas das classes médias e brancas, mas não das mulheres negras, imigrantes e trabalhadoras), limita-se às mudanças nas leis, sendo reformista tanto em sua teoria como na prática, e entende que o Estado é neutro e que pode intervir a favor das mulheres, quando na realidade, o Estado é patriarcal e não apoia a luta das mulheres pela emancipação. O anarcofeminismo se compreende mais crítico, contundente e revolucionário, nesse sentido. Um exemplo é a crítica feita por Isabel Cerruti, imigrante anarquista que escreveu em jornais, proferiu conferências, falou em comícios públicos, de comemoração e protesto, e tomou parte no Centro Educativo Feminino e na Liga Feminina Internacional. Não rejeitava convites para defender a mulher trabalhadora. Sua crítica pode ser lida no jornal *A Plebe*, numa edição de 1920:

A “Revista Feminina” em seu programa propõe-se a propugnar pela emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais. [...] Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco...

O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: quer fazer compreender à mulher na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como factora histórica, para a sua inteira integralização na vida social (Ribas, 2014, s.d.).

Pode-se afirmar que as que se denominam “gestoras da ciência”, mulheres que devem aprender a tornar-se gestoras em empresas capitalistas, são essencialmente um instrumento das técnicas para o controle e para a exploração do conjunto de trabalhadores em hierarquias corporativas. Portanto, uma sociedade igualitária e justa requer a eliminação do capitalismo, da escravidão e o fim de todos os tipos de dominação.

Enfim, aprender como tornar-se um efetivo explorador ou opressor não é um indicativo de igualdade. Nas análises de Federica Montseny (figura destacada no movimento anarquista espanhol), tal movimento luta pela igualdade com os homens, mas não muda em nada as instituições existentes.

Uma possível crítica ao movimento, concordando com Montseny, é que o incentivo à reprodução de um modo de ser opressor e explorador não parece ser um indicativo de igualdade. Ela critica o feminismo liberal (*mainstream*) dizendo que “é apenas ambição dar para uma mulher de uma determinada classe a oportunidade de uma participação mais integral em um sistema de privilégios” e se estas instituições “são injustas quando os homens tomam partido delas, elas também serão injustas quando as mulheres tomarem partido delas” (Rago, 2005, p. 132).

No que diz respeito à crítica ao feminismo comunista/classista, há diversos pontos a serem abordados, mas tentarei não estender demasiadamente tais argumentos. Antes de tudo faz-se necessário tratar das incompatibilidades de atuação orgânica entre anarquistas e comunistas, seguindo o apagamento das lutas anarquistas por parte da esquerda tradicional e finalizando com essas perspectivas dentro dos movimentos de mulheres.

Quando falamos em anarquismo e comunismo, pensamos num fim comum: a queda do capitalismo. Embora o objetivo seja o mesmo, os métodos para se alcançar tal objetivo são distintos. No comunismo acredita-se na necessidade de um Estado Provisório (por crerem que a população não estaria preparada para mudanças tão bruscas), enquanto que no anarquismo isso não existe. O fato é que em diversos momentos da história, principalmente durante os processos revolucionários, anarquistas e comunistas trabalharam em conjunto por esse fim comum. Também é verídico que, na maioria dessas experiências, passado certo período, os anarquistas foram perseguidos, presos e mortos por comunistas, como vemos na Revolução Russa.

A Revolução Russa, desde o início do processo revolucionário até os anos seguintes pós-revolução, é um grande exemplo de como foram usados e descartados os anarquistas. Maria Grigor'evna Nikiforova (Rússia, Ucrânia, 1885–1919), foi uma anarquista muito conhecida neste período, realizando vários bombardeios e missões de expropriação, incluindo assaltos a bancos. Nikiforova lutou contra os nacionalistas na Ucrânia, tendo Makhno como seu aliado. Vale ressaltar que Nikiforova era interssexual e a única mulher *atamansha* (líder militar feminina) enquanto estava viva. Talvez essa seja uma das razões para seu apagamento histórico. Em 15 de janeiro de 1918, sob cerco, com o avanço das forças do exército vermelho (comunistas) pelo norte, dos anarquistas de Makhno pelo leste, e com a subversão dos guardas negros (anarquistas) de Nikiforova por dentro da cidade, o exército nacionalista recuou.

Nikiforova foi julgada duas vezes pelos bolcheviques por acusações de insubordinação e pilhagem. Embora ela se alie com o exército vermelho em múltiplas ocasiões, ela estava em desacordo com seus comandantes e antagonizou pessoalmente vários, argumentando contra algumas de suas práticas por motivos revolucionários. Com sua aliança baseada na conveniência e não na ideologia, ela era menosprezada nos círculos políticos bolcheviques e era constantemente alvo de rumores e assédio na propaganda bolchevique. Em junho de 1919, os exércitos anarquistas de Makhno foram proibidos pelo comando bolchevique e ficaram sob constante ataque. Diante de uma guerra de duas frentes, contra os nacionalistas e contra os bolcheviques comunistas, Maria reuniu um grupo de combatentes que foram ao ataque em pequenas células no intuito de implantar bombas nos territórios inimigos. Na cidade de Sevastopol foram reconhecidos e presos. O julgamento foi realizado em 16 de setembro de 1919, ela e seu marido foram declarados culpados e condenados a morte. Ambos foram fuzilados.

Em 21 de dezembro de 1919, Alexandre Berkman e Emma Goldman desembarcam na Rússia, depois de terem sido deportados dos EUA por participarem de campanhas contra o alistamento militar, deparando-se com a Revolução Russa. Embora esperançosos no início, pouco a pouco, foram descobrindo as misérias da grande revolução. A *Tcheka* (polícia política), sob o comando bolchevique, assassinava quem não concordava com as medidas que eram decididas de forma centralizadora por Lênin e seus comandados, em nome da ditadura do proletariado. Muitos anarquistas, socialistas revolucionários e até mesmo bolcheviques dissidentes foram presos. Emma e Alexandre viajaram por boa parte do território, trabalhando como intérpretes para visitantes estrangeiros, e Goldman ofereceu-se para prestar ainda seus serviços como enfermeira.

No entanto, a supressão da revolta da cidade de Kronstadt, ao custo de muitas vidas, pelo governo bolchevique, foi o ponto de ruptura de Emma, de Berkman e de todos os anarquistas que apoiaram a revolução. Emma chegou a conversar com Lenin sobre as impressões que tinha de como estava sendo conduzida a revolução: repressão aos dissidentes, desigualdades, autoritarismo, centralização, uma “luta mortal” pela consolidação da ditadura do proletariado, e assim, as solicitações dos anarquistas não foram atendidas. Ela chegou a dizer sobre a Revolução Russa:

As insuportáveis táticas despóticas do governo em relação aos anarquistas são inquestionavelmente resultados da política geral do Estado bolchevista no controle exclusivo do partido comunista em relação aos anarquismos, ao sindicalismo e a seus defensores. Esse estado de coisa está nos forçando a elevar nossas vozes em alto protesto contra o terror imposto e a supressão brutal do movimento anarquista pelo governo bolchevista. Aqui na Rússia nossa voz é fraca. É sufocada. A política do regime do Partido Comunista está designada a destruir absolutamente qualquer possibilidade ou esforço de atividade ou propaganda anarquista. Os anarquistas russos são assim forçados a condições de completa greve de fome moral, pois o governo está nos privando da possibilidade de efetivar mesmo aqueles planos e projetos que ele próprio prometeu auxiliar apenas recentemente. (...) os quartéis gerais anarquistas em Moscou foram atacados pela artilharia, alguns anarquistas ficaram feridos, um grande número foi preso e todas as atividades anarquistas foram “liquidadas”. Esta afronta completamente inesperada serviu para afastar ainda mais os anarquistas do Partido dominante. Ainda assim, a maioria deles continuou com o bolchevista: eles acharam que, apesar da perseguição interna, virar-se contra o regime existente seria trabalhar em prol das forças contrarrevolucionárias. Os anarquistas participaram em todo esforço social, educacional e econômico; trabalharam até em departamentos militares para ajudar a Rússia. (...) Os anarquistas trabalharam com e para o bolchevismo por toda a Rússia cren-tes que estavam avançando na causa da revolução. Mas a devoção e o zelo dos anarquistas de modo algum deteve os comunistas da inflexível perseguição ao movimento anarquista (Goldman, 2007, p. 113).

Na tradição histórica, os estudos sobre os processos revolucionários foram marcados por um olhar que não só privilegiou a atuação dos homens, como deu maior visibilidade às lutas de grupos comunistas, marxistas e trotskistas, gerando um apagamento proposital das lutas anarquistas.

Uma crítica feita pelas anarcofeministas é de que os partidos políticos de esquerda diluíam a causa das mulheres na causa do partido, pois estes alegavam que elas deveriam se dedicar na luta pela revolução através do partido, embutindo as pautas feministas à questão da opressão de classe e criticando os espaços específicos das mulheres, acusando-as de dividir a luta social. Ou seja, não reconhecendo uma opressão específica às mulheres, mas alegando que todos os que não são os detentores dos meios de produção são oprimidos pelo capitalismo (como se isso se desse da mesma forma para todos). Assim, para as anarquistas, a divisão das mulheres em partidos enfraqueceu a luta pela emancipação da mulher.

Atualmente há uma crítica das anarcofeministas, ainda, sobre a linha do feminismo radical. Na segunda fase do feminismo, nos Estados Unidos, as feministas radicais surgiram dos movimentos sociais da década de 1960. Assim, num primeiro momento, os escritos eram um debate com o marxismo. Mais tarde, quando o movimento feminista radical se fortaleceu, o marxismo foi posto de lado, focando numa análise do sistema sexo/gênero e do patriarcado, como sistema distinto e desligado do capitalismo. Esta fase contemporânea tem focado nas origens da opressão das mulheres, tentando analisar e rastrear as raízes desta opressão.

Dentro do feminismo radical algumas referências são Kate Millet, que em 1970 publicou o livro *A política sexual*, e Soulamith Firestone, que em seu livro *Dialética do sexo* (1970), afirma que as origens da subordinação das mulheres e da dominação dos homens jaziam nas funções reprodutivas de homens e mulheres. A crítica à ideologia radical questiona que em vez de identificar as causas sociais da condição da mulher, tal corrente dá ênfase às razões biológicas para sua condição e as converte em forças da história, sem levar em consideração todas as outras questões que envolvem o cotidiano das vidas e das relações destas mulheres, bem como suas diferentes culturas e necessidades.

O fato é que não há esperança para a emancipação genuína das mulheres em uma sociedade capitalista. Mas isso não significa que simplesmente se possa garantir a igualdade de gênero como resultado através da luta de classes somente. É falacioso pensar que outras desigualdades (raça, gênero, sexualidade, religião, idade, etc.) são subcategorias da desigualdade de classes. Ainda que a classe torne outras discriminações mais latentes, isso não implica que o preconceito e a desigualdade não existam além dos limites de classe. Inclusive, assim como a perspectiva branca, de classe média e universitária domina o movimento feminista, da mesma forma a perspectiva branca e masculina é central na luta de classes. Em ambos os casos, o monopólio precisa ser quebrado. Como disse Voltairine de

Cleyre, “você não pode ter uma sociedade livre, justa ou igualitária, nem nada parecido com isso, enquanto as mulheres forem compradas, vendidas, aprisionadas, vestidas, alimentadas e protegidas como propriedades”².

2. MUJERES LIBRES

O movimento “Mujeres Libres” (Mulheres Livres) tem origem na Espanha, entre os anos de 1936 e 1939, em época da revolução espanhola. Trata-se de um exemplo clássico e inspirador de mulheres anarquistas organizando a si mesmas para defender suas liberdades e criar uma sociedade baseada na igualdade. Faz-se necessário refletir sobre o modo com que as experiências revolucionárias desse período foram obscurecidas sob perspectivas masculinas, excluindo ou desvalorizando as ações das mulheres, que foram de extrema importância para a sociedade e garantiram algum êxito conquistado. No Brasil, por exemplo, as pesquisas acerca dos movimentos revolucionários privilegiam apenas as atuações dos homens, em geral comunistas, apesar do conhecimento da participação ativa de outros grupos políticos, como os anarquistas. Nesse sentido, a história de lutas das mulheres é, ainda mais, secundária nestas análises.

Cabe ressaltar que a Revolução Espanhola é um marco histórico, pelo racha provocado na ordem burguesa espanhola, pelas possibilidades libertárias que apresentou a sociedade capitalista e, especialmente, pelas experiências de autogestão na zona rural e urbana, como nunca antes havia sido registrado no contexto de vida capitalista, o que faz com que se caia no esquecimento, indignando muitas mulheres e homens que participaram ativamente das atividades nesse período, pois eles têm absoluta certeza de que fizeram parte de um processo revolucionário.

Os ateneus, bibliotecas, escolas modernas, centros culturais e grupos artísticos anarquistas formaram gerações, chegando a completar 70 anos, até surgir o Partido Comunista Espanhol. Ou seja, houve um trabalho de base, por parte dos anarquistas, intergeracional, o que possibilitou o processo revolucionário.

Não são apenas as histórias de desapropriação das extensas propriedades de terra e da autogestão efetivada por milhares de pessoas nas fábricas e nos campos, que mal conhecemos. Muitas experiências sociais e culturais, como as promovidas pela agremiação anarco-feminista “Mujeres Libres”, fundada por três ativistas libertárias, também foram silenciadas por várias décadas e, na verdade, vieram à tona, em grande parte, pela ação de suas próprias antigas militantes, desde o final do franquismo, em 1975 (Rago, 2005, p. 132).

² “you can have no free, or just, or equal society, nor anything approaching it, so long as womanhood is bought, sold, housed, clothed, fed, and protected, as a chattel”. Disponível em <https://propertyistheft.wordpress.com/2010/06/13/women-and-class-struggle/> (tradução minha).

A história de formação do grupo *Mujeres Libres* tem início em 1936, pouco antes da emergência da Guerra Civil, na união de três mulheres anarquistas objetivando a emancipação feminina: a jornalista e poetisa Lucía Sanchez Saornil, a advogada Mercedes Comaposada e a médica Amparo Poch y Gascón. Todas elas com uma bagagem política de peso no anarquismo e no feminismo, já tendo escrito em jornais como o *Tierra y Libertad* e *Solidaridad Obrera*. Suas principais inquietações políticas eram a opressão sexual e a exploração sofrida pelas mulheres, principalmente as mais pobres, inclusive no meio libertário.

Pouco tempo depois da formação do grupo, muitas outras mulheres aproximaram-se para participar ativamente da organização, como Pilar Grangel e Áurea Cuadrado. Logo outros grupos surgem por toda a Espanha, e diversas mulheres aderem à organização. Em sua grande maioria eram operárias analfabetas, autôditas ou formadas nos próprios ateneus libertários.

O trabalho do grupo consistia basicamente em capacitar as mulheres para o trabalho e para a vida pública, retirá-las do confinamento doméstico e do obscurimento religioso, proporcionando-lhes meios práticos para a participação na vida social, política e cultural. Desse modo, criaram o *Instituto Mujeres Libres* e centenas de agrupamentos locais pelo país. Fundou-se o *Casal de La Dona Trballadora*, um espaço cultural destinado aos cursos, palestras e oficinas que contemplavam cerca de 600 mil mulheres em Barcelona. Criaram também o *Instituto Nocturno*, também chamado *Mujeres Libres*, em que eram oferecidos cursos de Aritmética, Gramática, História da Literatura, Geografia, História, Contabilidade, Ciências Naturais, Anatomia, Idiomas, Desenho, Agricultura, Puericultura, Enfermagem, Secretariado, Mecanografia, Taquigrafia, Redação e Propaganda. Além disso, as mulheres podiam estudar Mecânica nas escolas, função que tradicionalmente não era oferecida a elas.

É importante pontuar que o objetivo central do grupo era proporcionar a criação de novos estilos de vida, mais justos, igualitários e livres, principalmente para as mulheres. Nesse sentido elas aliam a questão social com as lutas pela libertação feminina, promovendo novas formas de sociabilidade, subvertendo os códigos burgueses e cristãos de definição da mulher como apenas esposa, mãe e exclusiva do lar. Estiveram à frente de iniciativas pioneiras, com cursos de capacitação para operárias desenvolvendo também a consciência libertária; cursos de alfabetização e profissionalizantes, visando novas formas de inserção social de mulheres pobres; centros de assistência médica e educação sexual; creches; *liberatórios de la prostitución*, ou seja, casas para aquelas que desejassem sair da prostituição e também para as prostitutas terem assistência médica e orientação para melhorar sua condição de vida.

O próprio nome escolhido pelo grupo revela-se divergente em seu contexto histórico: atribuir liberdade à mulher numa Espanha católica, ultra machista e conservadora, pois a liberdade feminina era associada à degeneração moral pela Igreja

e pela Ciência, pois que as boas mulheres eram ligadas à imagem da Santa Maria, sendo respectivamente amaldiçoadas as transgressoras que eram prostitutas, lésbicas, feministas, anarquistas e socialistas.

Assim, as palavras de Lúcia nos revelam a audácia que o nome do grupo carrega consigo:

Pretendíamos dar ao substantivo “mulheres” todo um conteúdo que reiteradamente se havia negado, e ao associá-lo ao adjetivo “livres”, além de nos definirmos como totalmente independentes de toda seita ou grupo político, buscávamos a reivindicação de um conceito – mulher livre – que até o momento havia sido preenchido com interpretações equívocas, que rebaixavam a condição da mulher ao mesmo tempo em que prostituíam o conceito de liberdade, como se ambos os termos fossem incompatíveis (Rago, 2005, p. 54).

Além de tudo, elas questionavam também o Feminismo Liberal, vigente na época, que se limitava à luta por direitos ao voto e ao alcance da esfera política, não levando em conta questões sociais presentes na vida de grande parte das mulheres, principalmente as operárias, negras, lésbicas e pobres. Propunham outro tipo de emancipação feminina, algo mais complexo, com recortes de classe, mais expressivo e representativo. Elas defendiam ainda o fim das hierarquias sexuais e sociais, o amor livre, a maternidade consciente, o direito ao aborto, bem como o direito ao acesso à cultura, ao trabalho e à educação.

Tanto anarquistas como feministas têm compartilhado muitas histórias comuns e uma preocupação com a liberdade individual, a igualdade e a dignidade para membros do sexo feminino.

Entretanto, não surpreende que uma nova vertente de feminismo, nos anos de 1960, expressasse uma maneira anarquista própria inspirada em personalidades como Emma Goldman, Amparo Ponch y Gascón, Lucía Sanchez Saornil, Mercedes Comaposada e Maria Lacerda de Moura. Com o passar dos tempos, grupos independentes de mulheres passaram a se organizar sem estrutura vertical, líderes ou outros suportes da esquerda feminina tradicional, criando, de forma independente e espontânea, organizações similares às formadas por muitas décadas em regiões diferentes.

3. ANARCO FEMINISMO NO BRASIL: MARIA LACERDA DE MOURA

No Brasil, Maria Lacerda de Moura é uma importante figura representante do anarcofeminismo. Recentes pesquisas revelam seus textos em diversos periódicos e revistas anarquistas, publicados aqui, na Espanha e na Argentina, entre as

décadas de 1920 e 1930. Em meados de 1919, Maria Lacerda, ainda muito jovem, encontra-se com José Oiticica³, numa visita dele a Barbacena, em Minas Gerais, onde ela se encanta com suas palavras. Anos mais tarde ela vem a defender também a pedagogia libertária. Além de militante anarquista ela se dedicou, ainda, ao ofício de escritora, professora, doando-se à luta antifascista e à construção de uma sociedade libertária, anti-hierárquica e solidária. Maria Lacerda era vegetariana e, ainda, foi a primeira pessoa a escrever textos contra a vivissecção no Brasil⁴.

Vivendo numa comunidade libertária, Maria Lacerda de Moura escreve, em 1932, *Clero e fascismo: horda de embrutecedores* e *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital*, nos quais critica duramente o nacionalismo, a igreja, o poder dos Estados e os regimes totalitários. A libertária mineira prioriza também a questão da mulher e da sexualidade, levantando questões que estavam à frente de seu tempo. Ela publica, entre as décadas de 1910 e 1930, *Em Torno da Educação* (1918), *A Mulher é uma degenerada?* (1924), *Religião do amor e da beleza* (1926), *Han Ryner e o amor plural* (1928) e *Amai e não vos multipliqueis* (1932), nos quais trata da situação social feminina e traz uma forte crítica à moral sexual. Discutindo sobre temas complicados de abordar naquela época, como divórcio, educação sexual, exigência da castidade feminina, amor livre, amor plural, direito ao prazer sexual, maternidade consciente e prostituição, ela causou polêmicas e balançou a sociedade. Também foi muito elogiada, como se vê na revista espanhola *Estudios*, em 1931:

Não existe no Brasil, pelo menos que saibamos, uma instituição docente ou uma entidade que tenha realizado um trabalho de tanto alcance na esfera psicológica e na ordem normativa que possa comparar-se à obra de Maria Lacerda de Moura, que encarna o tipo da mentalidade feminina evoluída, cultíssima, discreta e ponderada, audaz e inaudita (Rago, 2012, p. 54).

³ José Rodrigues Leite e Oiticica foi professor, dramaturgo, poeta e notável anarquista, nascido em 22 de julho de 1882, Minas Gerais. Foi membro da Fraternitas Rosicruciana Antiqua, estudou Direito e Medicina, não tendo concluído nenhum dos dois cursos em favor do magistério. Também foi vegetariano. No plano político foi um dos grandes articuladores da Insurreição Anarquista de 1918, no Rio de Janeiro, que, inspirada na Revolução Russa, pretendia derrubar o governo central na capital do país. Colaborava para o semanário anticlerical *A Lanterna*, sendo autor de um artigo especial dedicado à memória do terceiro aniversário do fuzilamento do pedagogo anarquista Francisco Ferrer. Em 1914 tornou-se professor pela Escola Dramática do Rio de Janeiro recebendo a cátedra de Prosódia. Em 1916, publicou um importante conjunto de obras linguístico-filológicas, entre as quais destaca-se seus Estudos de fonologia. No ano seguinte, em 1917, foi nomeado professor do Colégio Pedro II, ano em que também participou ativamente da organização da Greve Geral a nível nacional.

⁴ Ver *Civilização: tronco de escravos*, lançado em 1931, pela Editora Civilização Brasileira (RJ).

Ela criticava a moral e a ciência burguesas, bem como a ideologia da domesticidade, sinalizando como eram opressores e prejudiciais ao desenvolvimento das mulheres:

Dentro da sociedade capitalista a mulher é duas vezes escrava: é protegida, a tutelada, a “pupila” do homem, criatura domesticada por um senhor cioso e, ao mesmo tempo, é a escrava social de uma sociedade baseada no dinheiro e nos privilégios mantidos pela autoridade do Estado e pela força armada para defender o poder, o dominismo, o industrialismo monetário (Moura, 1932, p. 145).

Tomava partido também do amor livre e plural, como a plena realização de amar para mulheres e homens, pois assim, a seu ver, estaríamos livres dos crimes passionais, dos ciúmes, do desejo de vingança, da prostituição e das opressões de gênero. Acrescentando que este ideal tem implicações políticas principalmente para as mulheres, pois os homens desde sempre usufruem dessa liberdade.

O anarcofeminismo continua sua tradição em revelar que todas as formas de hierarquia são inaceitáveis, não apenas o patriarcado, e que o feminismo está em conflito com seus próprios ideais quando seu objetivo se torna transformar mulheres em chefes capitalistas. Portanto, é necessário se opor ao capitalismo como um impedimento à liberdade.

4. CONCLUSÃO

Estamos num processo de lutas e ainda distantes de alcançar uma sociedade realmente igualitária, mas as lutas de classes, de gênero, de raça são extremamente importantes para esta construção, não sendo indissociáveis de outras lutas, pois elas caminham em conjunto. Não há como mudar a sociedade capitalista e seus métodos de opressão sem falar de gênero e abordar as questões pertinentes a cada tipo de especificidade de cada mulher.

Levando em consideração todas as críticas que outras vertentes políticas lançam aos anarquistas, é inegável que esta é a linha política que mais avançou na formulação e exigências de respeito às diferenças, à liberdade individual e às mulheres. E sem sombra de dúvidas é a ideologia mais generosa e a que propõe a mais radical transformação social em todas as esferas políticas, colocando-se contra as relações de poder, nos micropoderes da sociabilidade, questionando a teoria da domesticidade, que defendia a tese de que as mulheres seriam inferiores aos homens por natureza, estando fadadas à esfera privada.

Sabe-se que em algum momento alguns anarquistas reproduziram discurs-

sos machistas ou tiveram atitudes misóginas, contrariando toda uma história e ideologia; mas isso não torna menos importante todos os avanços políticos do anarquismo, nem o invalida. Pode-se dizer o mesmo em relação ao feminismo. Jamais se poderia diminuir a importância das lutas históricas do feminismo e das lutas que são travadas nos dias de hoje.

É importante destacar que apenas a partir de 1980 as histórias dessas expressivas pioneiras do anarcofeminismo têm sido redescobertas, através de estudos minuciosos desenvolvidos até hoje por vários escritores, pois essas mulheres foram esquecidas, punidas com o desconhecimento e com o silêncio, fortalecendo também as militantes de hoje, que podem ampliar suas referências para a construção de grupos e estratégias de luta.

Portanto cabe-nos absorver o máximo possível das experiências dessas mulheres, aumentando nosso conhecimento histórico e valorizando cada capítulo, aumentando capacidade crítica e ética.

Este processo ainda está em construção!!!

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Goldmann, Emma. "Minha outra desilusão na Rússia", *Verve*, n. 11, 2007, pp. 109-122.
- Grene, Patrícia. Federica Montseny: Chronicler of an Anarco-Feminist Genealogy. Davidson: Davidson College, 1997.
- Hogan, Deirdre Hogan. RAG: feminismo, classe e anarquismo. Trad. Alejandra Cadenasso e Eliane Neves. São Paulo: Editora Faísca Publicações Libertárias, 2009.
- Khoury, Yara Aun. "A poesia anarquista na sociedade e cultura", *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, vol. 8, n. 15, set. 1987.
- Kussama, Ligia. "Revisitando os estudos feministas de ciência: anotações sobre a "ciência sucessora"; usos do passado", in: *Encontro Regional de História*, 12, 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. P. 1-4.
- Moura, Maria Lacerda de. "A Mulher é uma 'degenerada'?", in: Leite, Miriam L Moreira (org.). *Maria Lacerda de Moura, uma feminista utópica*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2005.
- _____. *Clero e fascismo: horda de embrutecedores*. São Paulo: Editorial Paulista, 1934.
- _____. *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital*. São Paulo: Editorial Paulista, s.d.
- _____. *Amais e não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.
- _____. *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-Me! Denuncio!* São Paulo: Editora A Sementeira, 1933.

- Rago, Margareth. *Entre a história e a realidade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- _____. "Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabri", *Verve*, n. 21, 2012, pp. 54-78.
- _____. "*Mujeres Libres*: anarco-feminismo e subjetividade na Revolução Espanhola. *Verve*, n. 7, 2005, pp. 132-152.
- Ribas, Ana Claudia. "A questão feminina nas páginas libertárias: propaganda e emancipação feminina nas páginas do jornal anarquista *A Plebe* (1917-1935)". *Anais do XV Encontro Estadual de História "1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado"*, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis.
- Teles, Amelinha. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Artigo recebido em 15/06/2017; aprovado para publicação em 17/07/2017

RESUMO: Este trabalho trata da questão de gênero, fazendo um retrospecto histórico acerca do anarcofeminismo, destacando as *Mujeres Libres* na Espanha e a atuação de Maria Lacerda de Moura no Brasil, objetivando uma reflexão baseada em fatos históricos muitas vezes obscurecidos nos processos de pesquisas. O artigo inicia-se com uma introdução conceitual acerca do anarcofeminismo, levantando suas críticas mais contundentes em relação ao feminismo liberal, ao feminismo comunista/classista e ao feminismo radical. Segue detalhando as ações das *Mujeres Libres* durante a Revolução Espanhola, finalizando com uma descrição da vida e da obra de Maria Lacerda de Moura.

PALAVRAS-CHAVE: Anarcofeminismo, Maria Lacerda de Moura, *Mujeres Libres*.

ABSTRACT: This work deals with the issue of gender, making a historical retrospect about anarcha-feminism, highlighting the *Mujeres Libres* in Spain and the work of Maria Lacerda de Moura in Brazil, aiming at a reflection based on historical facts often obscured in the processes of research. The article begins with a conceptual introduction about anarcha-feminism by raising its most compelling criticisms of liberal feminism, communist/classist feminism, and radical feminism. It follows detailing the actions of the *Free Women* during the Spanish Revolution, ending with a description of the life and work of Maria Lacerda de Moura.

KEYWORDS: Anarcha-feminism. Maria Lacerda de Moura. *Mujeres Libres*.